

História, utilitarismo e atividade intelectual em os heróis, de Thomas Carlyle (1795-1881)

Joachin Melo Azevedo Neto¹

Resumo: A obra *On heroes, hero-worship, and the heroic in the history*, do historiador escocês Thomas Carlyle (1795-1881), foi publicada, originalmente, em 1841 e traduzida para o português, com o título: *Os Heróis*, somente na década de 60. Trata-se, basicamente, de um compêndio de conferências sobre biografias nas quais trajetórias de diferentes entidades e sujeitos históricos, desde o Profeta Muçulmano Muhammad até poetas como: Dante, Shakespeare e filósofos, como Rousseau, têm suas singulares vidas comparadas e aproximadas a partir do conceito de heroísmo. Proponho um ensaio sobre a obra *Os Heróis* com enfoque em reflexões sobre as tensões culturais, anunciadas por Carlyle, entre crenças religiosas, atividade intelectual e utilitarismo característico da Europa do século XIX.

Palavras-chave: Thomas Carlyle. Intelectuais. Utilitarismo. Heróis.

Abstract: The work *On heroes, hero-worship, and the heroic in the history*, by Scottish historian Thomas Carlyle (1795-1881), was originally published in 1841 and translated into Portuguese, under the title *Os heróis*, only in the 1960s. Basically, it consists of a compendium of conferences on biographies in which trajectories of different entities and historical subjects, from the Muslim prophet Muhammad to poets such as Dante, Shakespeare and philosophers like Rousseau have their peculiar lives compared and approximated based on the concept of heroism. We propose an essay about the work *Os heróis* with a focus on reflections on cultural tensions, announced by Carlyle, between religious beliefs, intellectual activity and the utilitarianism characteristic of 19th century Europe.

Keywords: Thomas Carlyle. Intellectuals. Utilitarianism, Heroes.

Thomas Carlyle (1795-1881) foi um escritor e professor escocês que, ao radicalizar-se em Londres, na Inglaterra, produziu trabalhos na área da história, ensaios literários e se tornou um polêmico comentarista social. Não é por acaso que o livro *Os Heróis*, publicado, originalmente, em 1841, situa-se nessas três áreas. A obra trata da figura do herói como indivíduo cujas ações e trajetória podem servir de fonte de inspiração em diversas épocas. Pretendo, aqui, analisar melhor

¹ Doutor em História Cultural pela UFSC; Professor Adjunto de Historiografia e Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Política e História Literária – GEPPHIL da UPE/Campus Petrolina. E-mail: joachin.azevedo@upe.br

as implicações políticas da historiografia de Carlyle a partir de suas reflexões sobre o papel dos intelectuais em uma Europa já marcada pelos dilemas do utilitarismo.

Em *Os Heróis*, Carlyle analisa a biografia de Muhammad (571-632), fundador da religião muçulmana, para conceituar o herói como profeta; perpassa pelo medievo e aborda a mitologia escandinava tratando do herói como divindade e rei, até adentrar na modernidade, com Dante (1265-1321) e Shakespeare (1565-1616), embasando, assim, sua concepção de herói como homem de letras. No quarto capítulo, portanto, Carlyle faz uma abordagem acerca da história contemporânea dos homens de letras. Para o autor a literatura e os intelectuais são elementos importantíssimos à sociedade, porém lamenta o fato de que nem todas as civilizações se dão conta da importância desses para o mundo. Também não se deram conta do tipo de influência positiva que eles podem exercer socialmente, politicamente e da faísca que são na escuridão mais profunda. Seus elementos heroicos são a “originalidade, a sinceridade e o gênio” (CARLYLE, 1963, p. 150).

Na construção desse discurso, apresenta o cerne do pensamento de alguns nomes importantes da *intelligentsia* europeia como Samuel Johnson (1709-1784), Robert Burns (1759-1796), Jacques Rousseau (1712-1778), Johann Fichte (1762-1814) e Wolfgang Goethe (1749-1832). Carrega, portanto, a pena nas tintas do romantismo alemão para definir esses escritores enquanto são exemplos do “[...] verdadeiro homem literário, o que nós, aqui, chamamos de *O Herói* como homem de letras” e que é preciso separá-los “das multidões de falsos literatos não heroicos” (1963, p. 151). O intelectual digno de admiração, para Carlyle, é aquele que trabalha independentemente do reconhecimento, das honrarias, das sinecuras e dos privilégios.² É o autor que não está preocupado se o público vai ignorar ou mesmo aceitar seus preceitos e cujo maior compromisso é fornecer contribuições inalienáveis para o aperfeiçoamento humano.

O autor alerta para a relação dramática que a maioria desses escritores teve com suas sociedades. Literatos que exerceram um nobre ofício em tempos turbulentos e, por isso tiveram sua importância ignorada pelos seus contemporâneos: “considerando o que os escritores de livros fazem no mundo e o que o mundo faz com os escritores de livros [...] é a coisa mais anômala que o

² É importante destacar que, ao abordar o surgimento de uma fé monoteísta na Península Arábica, Carlyle deixa bastante claro que o Profeta Muhammad ocupa um lugar distinto da dos chamados homens de letras em sua galeria de heróis. Discordando das opiniões eurocêntricas e cristianocêntricas vigentes em seu tempo, o historiador escocês elenca em Muhammad seu poder de liderança, senso de justiça e sinceridade. Mesmo considerando que o Profeta muçulmano não teve acesso a bibliotecas durante a juventude, tendo de enfrentar as agruras da vida no deserto, o autor de *Os Heróis* considera que esse biografado, em específico, cultivou a sabedoria ligada à observação, meditação e reflexão em torno dos usos e costumes em comum dos árabes.

mundo ao presente tem para mostrar [...]” (CARLYLE, 1963, p. 153). Os espectros da pobreza e solidão, constantes na vida da maioria desses heróis carlylianos, são tratados como sintomas de decadência moral moderna.

Nesse sentido, Carlyle fez uma crítica tão contundente ao culto europeu do progresso que, certamente, esperava que fosse escutada para além dos salões literários ingleses. O autor estabelece um tipo de alternativa baseada em meras mercadorias. A corrente de ideias que defende a valorização do que é “útil” ganhou diversos adeptos significativos em um período de transformações galopantes nas relações comerciais.

O teórico inglês John Locke (1632-1704), visto como empirista, contratualista e um dos autores do liberalismo clássico, forneceu alguns dos subsídios básicos para um posterior refinamento do utilitarismo quando sugere, por meio da ótica liberal, que a propriedade privada é direito inquestionável do homem. O indivíduo pode utilizar seus bens e suas propriedades da forma que desejar, e o Estado não pode estar acima desse direito (LOCKE, 1998).

O utilitarismo busca ampliar mais ainda essa ideia liberal de sacralidade da propriedade privada e se consolida em um momento posterior da evolução do liberalismo como uma filosofia moral datada de fins do século XVIII e início do século XIX. O filósofo e jurista, também inglês, Jeremy Bentham (1748-1832). Profundamente influenciado pelas teorias de Locke, o autor fundamentou suas reflexões em torno de defesas da noção de individualismo como fator capaz de proporcionar felicidade à maior parte das pessoas. Nesse sentido, Bentham avançou em relação ao sistema filosófico de interpretação da política moderna de Locke e elaborou os principais postulados da chamada doutrina utilitarista contemporânea (BENTHAM, 1974).

O historiador Eric Hobsbawm resume a ideia de utilitarismo contemporâneo, em meio a um contexto histórico turbulento, que é nomeado de a era das revoluções (1789-1848), caracterizando-a como um sistema de interpretação da realidade que atendeu aos interesses sociais e políticos da classe média europeia. Essa ideia:

[...] era rigorosamente racionalista e secular, isto é, convencida da capacidade dos homens para compreender tudo e solucionar todos os problemas pelo uso da razão, e convencida também da tendência obscurantista das instituições [...] e do comportamento irracional. Filosoficamente, inclinavam-se ao materialismo ou ao empiricismo, que condiziam com uma ideologia que devia suas

forças e métodos à ciência, neste caso principalmente à matemática e à física da revolução científica do século XVII. Suas hipóteses gerais sobre o mundo e o homem estavam marcadas por um penetrante individualismo [...]. (HOBSBAWM, 2017, p. 365).

Nesse sentido, o pensamento utilitarista busca respostas para as seguintes questões: “É racional? É útil? Contribui para a maior felicidade do maior número de pessoas?” (HOBSBAWM, 2017, p. 367). Todo esse debate sobre concepções pragmáticas de felicidade individual e coletiva está inserido em um contexto histórico marcado por grandes transformações, descobertas e invenções técnicas. O advento do mundo industrial veio acompanhado, sem dúvidas, de um robusto otimismo em torno da razão e da cientificidade. Porém, Carlyle pondera que muitos intelectuais pioneiros, que contribuíram imensamente para os alicerces morais e espirituais do mundo contemporâneo, amargaram perseguições, dívidas, silenciamentos e mesmo censuras.

Em *Os Heróis*, houve espaço também a acusações contra as injustiças sociais sofridas pelos pobres e a distância entre discurso e ações das elites políticas vitorianas. Desse modo, Carlyle coloca-se entre os que representam bem a figura do escritor engajado que se disseminou por todo o século XIX. É nesse sentido que a denúncia social feita pelo autor esboça uma alternativa ética aos valores utilitários na Europa Industrial.

Nesse sentido, para a historiadora Débora Andrade “Carlyle não poupava ninguém em suas críticas: nem radicais, nem liberais, aristocratas ou políticos, como o Primeiro-Ministro conservador Robert Peel e Edwin Chadwick, secretário da Comissão encarregada de implementar a Nova Lei dos Pobres” (ANDRADE, 2007, p. 2015).

De 1830 até 1840, utilitaristas ingleses buscaram conhecer as condições existenciais dos trabalhadores da indústria. Por meio de comissões políticas e relatórios, criaram regulamentos para o trabalho infantil, o das mulheres e às jornadas de trabalho. Por outro lado, os representantes de interesses associados ao desenvolvimento do capitalismo postulavam que essas reformas gerariam entraves para o desenvolvimento econômico inglês, e que o Estado deveria investir mais e sofisticar estratégias de controle social para lidar com a pobreza. Carlyle escreveu diversos panfletos nos quais condenou a manutenção de injustiças sociais que velam pelos privilégios de uma minoria à custa da degradação física e moral de uma grande maioria:

A miséria crônica causada pelo sistema industrial, assim como a politização dos trabalhadores, foram registrados por muitos escritores e intelectuais do período, que escreveram sobre eles em romances, panfletos, colunas de jornais. Mas ao lado de ter se tornado um dos precursores da crítica social, Carlyle teve o mérito de enxergar a classe trabalhadora, suas dificuldades, suas disposições, por trás dos problemas econômicos, das reformas políticas, das estatísticas impessoais dos reformadores utilitaristas. Vislumbrou para além de crises periódicas, que esgotaram o país e que motivaram as grandes agitações políticas e o desemprego generalizado, um processo real e crônico de deterioração física e moral daquela classe que constituía a maioria da população britânica e que viria a ser tema de vários de seus panfletos e livros (ANDRADE, 2007, p. 220).

Nesse sentido, a obra *Os Heróis* constitui, para Andrade, também um verdadeiro tratado de filosofia da história. A história universal é apresentada aos leitores através da biografia de grandes vultos do passado. Metodologicamente, o autor faz também constantes comparações entre a sociedade industrial e a Europa medieval. Por meio dessa técnica narrativa, espera fazer com que os leitores suspeitem das constantes apologéticas da urbanização e industrialização proclamadas “aos quatro ventos” em sua época.

A crítica de Carlyle aos valores arrivistas e utilitários que marcaram diversas relações sociais, no alvorecer do industrialismo e a exaltação de um passado europeu pré-capitalista, caracterizam uma grande dívida intelectual do autor com o romantismo alemão. Afirma que, em todos os tempos ou locais, determinados homens se destacam para que possam ser seguidos e admirados, como uma espécie de guia. Esses líderes ganham notoriedade pública através de púlpitos nos quais determinados homens, ali colocados, influenciavam os demais à sua volta através de palavras expressas. Porém, com o passar do tempo, essas palavras já não são mais ditas. Passam a ser escritas ou impressas a partir do advento da invenção da imprensa. O fato é que, para Carlyle, as palavras impressas podem ter um alcance maior, circular por muito tempo e chegar onde haja tradução.

O historiador escocês faz uma digressão até a Alta Idade Média, para exemplificar como, desde tempos remotos, a palavra escrita exerce fascínio sobre as civilizações. Analisa os Vikings, povos pagãos que viveram na região escandinava da Europa, evidenciando que essas sociedades também atribuíram um poder místico e mágico para a palavra escrita. As *Runas* de Odin eram veneradas como o primeiro trabalho de criação dos deuses nórdicos: um alfabeto de símbolos que poderia

trazer sorte e tinha o poder de revelar o futuro. Carlyle faz uma comparação entre essas *Runas* e o poder que o livro tem. De acordo com sua visão, os livros podem ser capazes de alegrar a vida em uma Europa industrial, padronizada por “tristes ruínas mudas e blocos” (CARLYLE, 1963, p. 154).

Os livros, mais que qualquer *Runa* mágica, conseguem convencer: “Eles persuadem os homens” (CARLIYE, 1963, p. 154). Regulam desde um contexto matrimonial até o comportamento da mais simples criatura humana. Existem livros, escritos sobre infinitos temas e caminhos já percorridos pelo homem nesse espaço de tempo conhecido por nós, que podem aproximar o passado longínquo do presente.

Não há Runa mágica que tenha mais magia que um livro. Tudo o que o gênero humano tem feito, passado, ganho ou sido, encontra-se em mágica preservação nas páginas dos livros. Êles são as mais preciosas possessões dos homens. Não fazem os livros *milagres*, como a fábula diz que as *Runas* fizeram! (CARLYLE, 1963, p. 154).

Fazendo uma ponte entre o alto medioevo e a modernidade, Carlyle associa o surgimento das universidades e da imprensa com a difusão de uma nova forma de estudar. Nas universidades, os estudantes ouviam um orador e consultavam escassos livros para aprender melhor as lições. A técnica do estudo solitário e da leitura em silêncio tornou o desempenho desses estudantes bem melhor. É válido lembrar que as universidades eram espaços reservados para pessoas que tinham condição socioeconômica superior à classe camponesa. A aquisição de livros era algo raro, pois os volumes eram copiados manualmente, em processo lento e de alto custo, para, então, serem encomendados.

O historiador Roger Chartier, em *A aventura do livro: do leitor ao navegador*, esclarece que os manuscritos continuaram tendo credibilidade entre os leitores mesmo depois de quatro séculos da fabricação da máquina de prensa móvel por Johannes Gutenberg (1400-1468). Desse modo, Chartier sugere que, mesmo no século XIX, haviam leitores que suspeitavam da credibilidade de obras impressas mecanicamente, bem como denunciavam também que a dinâmica do mercado corrompia as relações entre autores e leitores. A cultura do manuscrito e da oratória encontrou vasta sobrevivência mesmo após a lógica industrial abarcar também os impressos. No período vitoriano, a figura do autor era a detentora do direito natural e da originalidade que legitimava a propriedade literária. Ceder um manuscrito para editores não implicava abdicar de um bem e de suas vantagens. O herói

intelectual, de Carlyle, é depositário, portanto, da tradição cultural e política do *gentleman-writer* inglês do século XVIII: “Aquele que escrevia sem entrar nas leis do mercado, à distância dos maus-modos dos livreiros-editores, e que preservava, assim, uma cumplicidade muito forte com os leitores” (CHARTIER, 1998, p. 9).

Certamente, a difusão da leitura silenciosa na forma de estudar não tirou a importância que é dada ao falar e ao discursar. Para Carlyle, mesmo um escritor pode também achar conveniente se valer da oratória: “permanece [...], um lugar distinto para a fala, assim como para a escrita e a imprensa” (CARLYLE, p. 156). O autor reflete, assim, sobre a importância que sermões, pregações e discursos públicos continuam tendo mesmo após a invenção da imprensa. A escrita possui a virtude de atravessar diferentes eras, e os livros transmitem autoridade para os leitores que dominam seus conteúdos. Carlyle entende que esse fenômeno cultural acontece porque a literatura tem uma essência sagrada.

Um autor que é capaz de inspirar outras pessoas de maneira edificante e um apóstolo que coloca sua vida em prol de uma causa espiritual elevada possuem grande semelhança. O trabalho do escritor é considerado também sagrado porque consiste em revelar diferentes conhecimentos que podem, até mesmo, alterar o curso de civilizações. É essa a função do profeta e, analogamente, do escritor na visão mística carlyliana. Em *Os Heróis*, a literatura deve também ter a função de apontar para as melhores decisões políticas. Carlyle compara a literatura com um parlamento estatal que tem a missão de organizar, cuidar e guiar o povo de uma nação:

A literatura é também o nosso parlamento. A imprensa, que é a consequência lógica da escrita, tenho-o dito muitas vezes, é o equivalente da democracia: inventada a imprensa, era inevitável a democracia. A escrita gera a imprensa, gera a imprensa *ex-tempore*, diária, universal como nós vemos atualmente (1963, p. 158).

Para uma melhor compreensão sobre a apaixonada defesa da palavra impressa feita por Carlyle, é preciso salientar que, do final do século XVII e durante todo o século XVIII, houve uma maior produção e circulação de livros, graças à invenção da tipografia e ao progressivo aprimoramento da imprensa. Essa imprensa originada é: “*ex-tempore*, diária, universal” (CARLYLE, 1963, p. 158). Portanto, traz consigo características marcantes como ser imediata, frequente e universal, pois provém de todos e serve para todos. É esse o ponto de convergência

entre ela e a democracia. A escrita pretende alcançar todos e, para tanto, necessita ser compreensível e livre, segundo o autor de *Os Heróis*.

Ancorado nos escritos do filósofo e político conservador Edmund Burke (1729- 1797), Carlyle sugere que a ideia moderna de democracia é depositária do legado de grandes obras literárias. Se a imprensa deve conferir voz a todo e qualquer indivíduo que tem condições de propor avanços variados para seu povo, essa diversidade de opiniões, na imprensa, equivale a uma forma de democracia exercida na prática. E salienta que o amplo desenvolvimento material vivenciado pelos ingleses do século XIX – exemplificado pela arquitetura das casas, palácios e parlamentos, docas marítimas, a indústria do ferro e a máquina a vapor – é consequência direta do trabalho escrito de diversos autores que dedicaram sua vida à aquisição e à partilha social do saber:

[...] a suprema importância do homem de letras na sociedade moderna, e como a imprensa tem a tal grau sobrepujado o púlpito, o senado, o *Senatus Academicus* e muito mais, é admitido já há muito tempo [...]. A mim me parece que não tarda que o sentimental tenha de ceder lugar ao prático. Se os homens de letras *possuem* uma influência tão incalculável, executando um trabalho tão eficiente para nós de idade para idade, então eu penso que podemos concluir que os homens de letras não hão de continuar a vaguear entre nós como ismaelitas intrusos, sem direitos reconhecidos! (CARLYLE, 1963, p. 159).

Carlyle é, portanto, protagonista de um exercício teórico que busca convidar pensadores de tendências políticas divergentes para o diálogo. Retira o que considera válido de iluministas franceses e tradicionalistas ingleses para fundamentar seus argumentos sobre os diversos desafios que abarcaram a atividade literária na Europa do século XIX. Tanto que, apesar de analisar detalhadamente as ideias políticas de Burke, acaba elegendo Voltaire (1694-1778) e Rousseau (1712-1778) para o panteão de destaque dos heróis intelectuais da modernidade. Porém, desconfia se a Inglaterra realmente precisava de uma revolução republicana.

É válido salientar que Carlyle vivenciou a reverberação, em toda a Europa, da Revolução Francesa e pelo clima de instabilidade pelo qual aquele país passou nos anos seguintes. Um século antes, a Revolução Inglesa (1642-1651) ocorreu, mas, diferentemente do contexto francês, a nobreza não precisou ser varrida social e politicamente para que as aspirações da maioria dos revoltosos fossem atendidas.

Apenas o absolutismo é extinto, em nome do parlamentarismo, que salvaguardou os privilégios de ordem nobiliárquica. Ou seja, por mais que a Inglaterra tenha passado por grandes transformações, nem tudo se alterou do ponto de vista da política oficial (LIMA; PEDRO, 2005). Parte do modelo anterior foi conservado, e Carlyle critica justamente esse anseio de destruir tudo para reconstruir. Talvez, em sua visão, o alicerce da construção ainda seja proveitoso.

Nesse sentido, em diversos momentos de seu texto, Carlyle é entusiasta apenas com os aspectos mais brandos e reformistas do Iluminismo e, de sua postura política incorpora, diversas características próprias do conservadorismo inglês. Burke, pelo qual o autor de *Os Heróis* registra seu fascínio, já havia deixado claro, em *Reflexões sobre a revolução na França*, publicado originalmente, por volta de 1790, sua explícita discordância sobre a aplicabilidade do republicanismo francês em seu país. No citado texto, sobretudo no tópico “Psicologia dos revolucionários”, Burke questionou se realmente vale a pena para os ingleses imitar os republicanos da França e acabar com todo o aparato institucional do Antigo Regime. Salienta, ainda, que os jacobinos “precisam destruir algo, sem o que não parecem viver para propósito algum. Alguns deles pretendem destruir o poder civil, destruindo primeiro o eclesiástico” (BURKE, 1997, p. 87). O Estado inglês personificado pela monarquia, pelas leis, pelos tribunais, pelo exército real e tudo mais que representava as bases da tradicional sociedade britânica, de acordo com a leitura burkeana, possuía legitimidade ancestral e desígnios justos.

Nesse ponto, Carlyle pode ter se valido da conclusão à qual Burke chega quando questiona os motivos que levam revolucionários a destruírem valores e tradições. Na visão dos dois autores, a iconoclastia sediciosa não traria nenhuma benesse ou avanço civilizatório para a Inglaterra. Porém, ao que tudo indica, o historiador escocês não foi indiferente às crises sociais causadas pelo aumento vertiginoso dos índices de miséria urbana na Londres do século XIX e buscou se posicionar em prol dos mais desfavorecidos, conforme já analisado.

Carlyle afirma que os livros são a coisa mais importante e admirável já criada pela humanidade, porque abrigam os pensamentos sobre experiências das quais o indivíduo vive, cria, sonha ou constrói. Cita a cidade de Londres como exemplo, pois cada detalhe nela incorporado, da arquitetura até a indústria, não surgiria sem que o conhecimento existisse. E são nos livros que todos os conhecimentos podem ser esclarecidos e perpetuados.

Voltaire e Rousseau são os principais representantes do Herói-homem de Letras. De maneira otimista, Carlyle afirma que os grandes intelectuais não

serão injustiçados ou esquecidos para sempre. Observa que reis, em outras eras, equivocadamente, compensaram tais homens com a pobreza que caracteriza o ato de se atribuir valor financeiro a uma criação espiritual: “Dar aos nossos homens de letras estipêndios prêmios e outras ajudas pecúnias, pouco fará para resolver o caso [...]; estamos fartos de ouvir falar na onipotência do dinheiro” (CARLYLE, 1963, p. 160).

O historiador escocês admite que não sabe de que maneira essa prática será contornada. Porém, acredita, que um dia será superada. Essa é a principal utopia diluída ao longo da narrativa carlyliana em *Os Heróis*. Existe um nítido temor, nesta obra, de que os intelectuais europeus do século XIX fossem assolados pelos espectros da miséria. Essa sensação é mais bem-delineada quando o autor compara literatos pobres com sacerdotes de ordens mendicantes da Igreja Cristã. Ambos os seguimentos sociais abrem mão de qualquer conforto e ambição material para se dedicarem a causas espirituais elevadas.

Carlyle afirma, ainda, que o dinheiro tem potencial transformador, mas que não pode fazer tudo sozinho. Esses escritores pobres, por exemplo, ficam escondidos atrás de vastos sentimentos nocivos como vaidade, e isso, na sua opinião, não lhes permite agir com sabedoria. Mesmo os heróis intelectuais podem ser vítimas da miséria, e isso deve lhes parecer melhor do que acumular riqueza, pois o dinheiro é algo perigoso. O lucro deve ter, portanto, um lugar secundário nos interesses sociais que movem a atividade literária.

A competição, entendida como uma busca de homens desfavorecidos para alcançar lugares mais prestigiados, é importante para formar o que Carlyle entende por homens fortes. O autor sugere que “a luta multiforme, extraordinariamente complexa e universal desses homens, constitui e tem de constituir aquilo que é chamado de progresso da sociedade” (CARLYLE, 1963, p. 161). Esse progresso não é algo benéfico apenas para alguns, mas estendido a todos. Autores como Johnson, Burns e Rousseau são tidos como exemplos de intelectuais virtuosos que não se corromperam em meio à confusão de valores causada pelo advento do mundo industrial.

Carlyle chega a comparar diferentes concepções de progresso e reconhecimento social para refletir sobre a situação do Homem de Letras inserido no mundo contemporâneo. A China é exemplo de lugar no qual se busca por homens de talentos cujas qualidades possam ser úteis ao povo. Nesse país, os funcionários precisam sempre demonstrar conhecimento sobre a área em que atuam ou são demitidos. A idealização de Carlyle afirma que é a meritocracia

que determina que determinados chineses passem a ocupar cargos de prestígio e importância pública (CARLYLE, 1963, p. 162).

O autor constrói também uma crítica ao ceticismo que corrói não só a intelectualidade, mas a moral coletiva. A narrativa carlyliana trata a descrença como um mal profundo que afeta toda a sociedade e suscita uma paralisia espiritual: “A sua fatal desgraça foi a *paralisia social*, assim lhe podemos chamar, da idade em que decorreu a vida, fizesse êle o que fizesse, ficou meio paralisada!” (CARLYLE, p. 164). O autor chama o século XVIII de “céptico” e caracteriza a palavra como um agregador de infortúnios. Esse lamentável quadro se dá, em suma, por excluir a possibilidade de milagres, entendido pelo autor como intenso contato mortal com o sagrado. O ceticismo retira a fé, a possibilidade de crer, mesmo em situações em que só resta a esperança.

A descrença extinguiria a fé no heroísmo, e sentimentos extremamente áridos tomariam seu lugar, como explicita Carlyle:

O heroísmo desaparecera para sempre; a trivialidade, o formulismo e o lugar-comum instalaram-se para sempre. A “idade dos milagres” existira ou talvez não existira; mas não existiria mais. Um mundo estéril; onde a admiração, a grandeza, a divindade não podiam agora habitar; – em suma, um mundo sem Deus! (CARLYLE, 1963, p.164).

A reflexão sobre as tensões entre fé e razão esteve presente nos escritos também de outros importantes pensadores do século XIX. Pode-se citar aqui o exemplo do alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900), filósofo que teve seus debates centrados na afirmação e na objetividade da vida. Nietzsche nega Deus em seus escritos e tem um olhar bastante trágico quanto ao futuro da humanidade ao também observar a mudança de costumes decorrentes em seu tempo.

Ao publicar o texto *Sobre a utilidade e a desvantagem da história para a vida*, em fevereiro de 1874, Nietzsche esperava causar polêmicas entre o meio acadêmico germânico ao lançar uma série de críticas ferinas contra o historicismo e alertar sobre o que entendia como perigos da ciência para a existência humana. O autor postula basicamente que “é possível viver quase sem lembranças, e mesmo viver feliz, como mostra o animal; mas é inteiramente impossível, sem esquecimento, simplesmente viver” (NIETZSCHE, 1983, p. 58). O filósofo alemão parte do princípio de que o homem sempre acredita que o futuro tem mais a lhe oferecer

do que o passado: os próximos anos tendem a ser melhores. O significado da vida, sendo assim, será encontrado no decorrer das trajetórias individuais e não em exemplos históricos edificantes e inspirados em grandes vultos biográficos.

Nietzsche afirmou, ainda, que as doutrinas utilitárias podem fazer os homens naufragarem no egoísmo e se tornarem cruéis: “Ninguém deva admirar-se se o povo [...] deixar de ser povo: em lugar disso, então, talvez, sistemas de irmandades para fins de pilhagem contra os que não são irmãos, e semelhantes criações de vulgaridade utilitária entrarão em cena no palco do futuro” (1983, p. 70). A mudança civilizatória proposta por Nietzsche para a Alemanha do século XIX é a de caráter estrutural e marcada por um grande desprezo pelas vítimas da história. Nesse sentido, sua linha de pensamento diverge da expressa por Carlyle em *Os Heróis*.

A história é consultada para nortear essa vida e não para a mera aquisição de conhecimento. Porém a importância do esquecimento para Carlyle e Nietzsche se dá por diferentes razões. Nietzsche, em sua concepção aristocrática da história, nega a importância da memória para a formação das identidades. Já Carlyle insiste na força didática que as experiências passadas possuem para os fundamentos morais do mundo contemporâneo.

No livro *Espaço da recordação: formas e transformações da memória cultural*, a filóloga alemã Aleida Assmann realiza interessante discussão interdisciplinar acerca dos conceitos de Memória, Recordação e Esquecimento. A autora dedica um capítulo da obra para refletir sobre a perspectiva carlyliana em torno da história e dos espaços. A história é concebida, portanto, na visão do autor de *Os Heróis*, por uma ótica dialética na qual tensões entre memórias e esquecimentos fluem. Os poucos vestígios do passado e o que se perdeu em termos de experiências humanas, podem ser novamente acessados através do trabalho de autores que elaboram verdadeiros “letreiros iluminados, em fundo escuro, que torna legível essa escrita” sobre outros povos e épocas” (ASSMANN, 2011, p. 225).

A memória é evocada por Carlyle para dar uma nova vida ao que foi perdido. Para o historiador escocês, grande parte do passado está irremediavelmente perdido, e, em seu olhar, isso é um aspecto positivo para a humanidade. Os vestígios materiais de outras eras fornecem pistas que levam à decodificação do funcionamento e valores de outras sociedades. Porém, para o autor de *Os Heróis*, aprender a selecionar bem o que esquecer também é necessário para se poder progredir.

Carlyle percebe o século XIX através de um prognóstico. Mesmo que sua época esteja doente, o mundo ainda será justo, vitorioso e heroico. Alerta para o fato de que mesmo que a sociedade utilitária prevaleça, o progresso pode não ser compartilhado ou sentido por todos nós, pois cada um tem uma vida e valores próprios. E acaba por defender o princípio da resiliência cristã ao sugerir que cuidemos melhor uns dos outros do que de projetos revolucionários: “Para a salvação do *mundo* eu contarei com a inteira confiança, com o Criador do mundo” (CARLYLE, 1963, p. 169).

O autor de *Os Heróis* desconfia, a partir de uma visão nostálgica do passado, se realmente a maior parte das civilizações estava vivenciando as conquistas do progresso no mundo contemporâneo. Contudo, como esclarece Hobsbawm, a aposta nas forças do progresso humano continuou estimulando as interpretações do mundo industrial de uma grande maioria dos pensadores europeus do século XIX:

Com absoluta certeza, que estes homens não tinham dúvidas sérias sobre a direção que estavam seguindo ou deveriam seguir, assim como em relação aos métodos teóricos ou práticos de lá chegar. Ninguém duvidava do progresso, tanto material como intelectual, já que parecia tão óbvio para ser negado. Este era, sem dúvida, o conceito dominante da época (HOBSBAWM, p. 381-382).

Ainda sobre o ceticismo, que parece ter encontrado terreno favorável em meio ao mundo industrial, Carlyle deixa claro que sempre vai existir “a batalha da crença contra a descrença” (CARLYLE, 1963, p. 165). E mais uma vez salienta a importância da crença em Deus. Apoia-se também nos antigos nórdicos, pois estes tinham uma noção “mais verdadeira de Deus” que os modernos, porque, na sua visão, eram mais sinceros. Para o autor, a sinceridade é uma postura que reflete o compromisso pessoal com a verdade.

A realidade social que Carlyle tinha diante de seu olhar religioso certamente parecia injusta. A fé, tida como uma das necessidades do homem, estava agora perdendo espaço para a racionalidade científica como única verdade. Porém, pensadores conservadores que tinham grande adesão entre os ingleses, no período em que a obra *Os Heróis* foi publicada, fincaram trincheiras para atacar o racionalismo e realizarem ferinas defesas do cristianismo. Antoine Cournot (1801-1877), estatístico, economista e importante teórico da concorrência industrial, afirmou o seguinte em 1861: “O fato de acreditar em verdades filosóficas saiu

tanto de moda que nem o público nem nenhuma academia se dispõe a receber mais obras deste tipo, exceto como produtos de puro academicismo ou curiosidade histórica” (COURNOT *apud* HOBSBAWM, p. 380).

Na visão de Cournot, portanto, os princípios competitivos de um mundo industrial e utilitário não abalavam os alicerces dos sentimentos religiosos. Em outro patamar, Carlyle nutriu uma visão romantizada sobre o mundo e as relações de poder. Essa visão romântica está calcada nos conceitos de esperança, fé e permitiu ao historiador escocês vislumbrar uma melhoria possível na sociedade na qual viveu a partir da valorização mística dos intelectuais. Carlyle defendeu calorosamente a tese de que o homem sem crença se assemelha a um artefato deficiente e desgastado. Na sua visão, a crença, bem mais que a razão, é a força motriz que nos faz perceber o mundo como organismo em constante evolução:

A minha única esperança no mundo, a minha firme consolação ao olhar para as misérias do mundo, é que ele se está modificando. Aqui e ali encontramos um homem que sabe, como nos tempos passados, que este mundo é uma verdade, e não plausibilidade ou falsidade; que ele próprio está vivo, não morto ou paralisado; e que o mundo está vivo, animado de divindade, belo e temeroso [...]. (CARLYLE, 1963, p. 164).

Não que Carlyle se abstenha ou seja contra o uso da razão, mas aponta para sua insuficiência. Acredita que a religiosidade é como um mapa das estrelas que pode guiar o homem para um lugar seguro nos momentos mais difíceis. O ceticismo não soma, e sim, reduz o homem. Sendo assim, o escritor escocês desenvolve sua filosofia da história ao construir essa imagem do intelectual-sacerdote que norteia o caminho da humanidade para o progresso espiritual. Esse é o cerne das principais ideias de um historiador vitoriano que, através do discurso acadêmico, também se coloca na posição de guia para as outras pessoas (ANDRADE, 2007, p. 228).

Assim, Carlyle aborda também a biografia do jornalista, crítico literário e filósofo inglês Samuel Johnson (1709-1784) e o usa como exemplo de Homem de Letras lúcido que viveu em um período obscurantista. Trata Johnson, pertencente ao mesmo clube literário que Edmund Burke, como aquele que, ao longo de sua caminhada, buscou compartilhar a razão com o mundo e é, nisso, que está o seu mérito.

Carlyle expõe a ideia de que um homem tem de aprender a comungar com a realidade de meios sociais desfavorecidos, para não se tornar um ser tolo e fútil. Deve reconhecer as dificuldades materiais às quais está submetido junto com seus próximos. De acordo com o autor, mais uma vez, o princípio cristão que exalta a humildade deve ser incorporado na atividade intelectual: “As grandes almas são sempre lealmente submissas, reverentes àquilo que está acima delas; só as almas mesquinhas procedem de outra forma” (CARLYLE, 1963, p. 172).

A vida pessoal de Johnson, marcada por uma saúde frágil, contrastava com a robustez de suas nobres qualidades. Refere-se, também, às dificuldades pelas quais o inglês passou, tendo interrompido sua formação acadêmica por falta de recursos financeiros. Ainda que tenha enfrentado tais impasses, a persistência de Johnson o tornou um dos cânones de sua época. Assim, o jornalista britânico é caracterizado como um sujeito dotado de imensa grandeza humana e espiritual. Ao enfrentar e triunfar sobre quadros de “miséria e obscuridade, com o corpo doente e o casaco coçado”, Johnson foi considerado um perfeito exemplo carlyliano de “um homem bravo”, comprometido em dizer a verdade e, portanto, “não inteiramente sem uma estrela polar a guiá-lo para o Eterno” (1963, p. 176).

Insistir em sonhos ou em objetivos elevados é tido como a principal característica da originalidade: elemento inerente ao herói. Também comenta a contradição entre a artificialidade e a verdade. Estabelece que a verdade pode existir mesmo na artificialidade através da forma que toma. E essa forma surge de um método que é criado por alguém. A verdade, para Carlyle, é um caminho, uma trilha que facilita que outros a percorram. Sendo assim, ao comparar as biografias de Johnson e Rousseau, ressalta que ambos obtiveram reconhecimento póstumo. Ambos tiveram de lidar com o espectro da pobreza e, no caso de Rousseau, com a solidão. Depois de dissertar sobre a vida de Rousseau e sua personalidade egocêntrica, sempre pensando apenas naquilo que lhe fazia bem e em ser o centro das atenções do público, Carlyle afirma que os textos rousseauianos são, muitas vezes, superficiais.

Porém, o historiador exaltou a presença do heroísmo que encontra, na coragem, iluminista desse filósofo francês:

E, todavia, este Rousseau, como dissemos, com os seus apelos apaixonados às Mães, com seu *Contrat-social*, com as suas celebrações da Natureza, mesmo da vida selvagem na Natureza, mais uma vez pôs o dedo na realidade, lutou pela realidade; desempenhou

a função de profeta para o seu tempo. [...] De maneira bastante estranha, há no íntimo do coração do pobre Rousseau, através de toda aquela desfiguração, degradação e quase loucura, uma centelha do verdadeiro fogo celestial (CARLYLE, 1963, p. 178).

Retomando o debate de Carlyle sobre a falta de reconhecimento do Homem de Letras, fica evidente o papel marginal do professor na sociedade burguesa. Hobsbawm, em *O mundo burguês*, ao ilustrar a vida desse estrato social, deixa a impressão de que esse profissional era tido como mero artefato decorativo nas residências burguesas, como os móveis bem-trabalhados, as cortinas e os tapetes que compunham essas casas. Receber um parente distante que se dedicava ao magistério ou o professor particular dos filhos era uma demonstração de poder aquisitivo por parte dos patrões. Os jovens professores eram convidados para estar nesses ambientes como um enfeite, reafirmando o *status quo* de quem os convidava (HOBSBAWM, 2017, p. 352).

A grande preocupação do historiador Carlyle foi, portanto, refletir sobre a importância da religião em uma Europa marcada pelo utilitarismo. Os debates tidos como fundamentais para a vida e organização social moderna, de acordo com suas ideias, necessitavam de uma inspiração mística que poderia ser retirada dos evangelhos cristãos ou mesmo de outros sistemas de crenças. Carlyle deixa claro que, na sua opinião, os intelectuais eram pessoas distintas e que exerciam uma honrada profissão. Concebeu, assim, o trabalho com as letras como um sacerdócio, uma atividade espiritual, em um contexto no qual o consumo de livros passou a ser ditado pela indústria editorial em nome dos interesses de mercado.

A linguagem enérgica e complexa de Carlyle, presente em seu estilo de escrita desde o começo de sua carreira de escritor, é própria de um autor que se valeu da palavra impressa para lançar polêmicas tanto contra os dogmas católicos oficiais, bem como contra pensadores que associavam a nascente sociedade tecnocrática com o progresso. Na analisada obra do autor, posições antagônicas, como o apreço pela espiritualidade, um tipo de progressismo intransigente e mesmo posicionamentos reacionários acabam se entrelaçando com críticas ao republicanismo, a política e ao utilitarismo. A tendência carlyliana de elaborar uma escrita da história comprometida em exaltar a trajetória de líderes carismáticos e poderosos, os associando a desígnios divinos, vigorou em todo o século XIX e teve uma inegável sobrevida durante a ascensão de regimes políticos autoritários e totalitários no século XX.

Referências

- ANDRADE, Débora El-Jaick. Escrita da história e política no século XIX: Thomas Carlyle e o culto aos heróis. *In: História e perspectivas*, v. 1, n. 35, 6 dez. 2007.
- ASSMANN, Aleida. *Espaço da Recordação: formas e transformações do espaço cultural*. São Paulo: Editora Unicampi, 2011.
- BENTHAM, Jeremy. *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*. Trad. de Luiz João Baraúna. São Paulo: Editora Abril, 1974.
- BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a revolução em França*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Trad. de Reginaldo Moraes., São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora UNESP, 1998.
- CARLYLE, Thomas. *Os Heróis*. 2. ed. Trad. de Antônio Ruas. São Paulo: Melhoramentos, 1963.
- HOBBSAWM, Eric. *A era do capital*. 26. ed. Trad. de Luciano Costa Neto. São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo*. Trad. de Júlio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- LIMA, Lizânias de Souza; PEDRO, Antonio. *História da civilização ocidental*. São Paulo: FTD, 2005
- NIETZSCHE, Friedrich. *Da utilidade e desvantagem da História para a vida*. In: *Obras Incompletas*. São Paulo: Nova Cultural, 1983. vs. I e II.